

O Projeto Quilombo: Estudo de Caso Cacimbinha e Boa Esperança. Município de Presidente Kennedy, Espírito Santo

*Leonor Franco de Araújo**
*Adelson José de Souza***
*Guilherme Ramalho Manhães***
*Márcia Corvino***
*Márcio Lyra Vaccari***
*Yêdo Alberto Freire***

Este projeto desenvolveu-se à partir da motivação de um grupo de alunos do Curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, que em contato com a matéria “Famílias Negras vivem em quilombos no Sul do Espírito Santo”, publicado no jornal “A Gazeta”, deste Estado, no dia 17 de maio de 1992, página 17, de autoria da jornalista Cláudia Feliz, decidiu aprofundar historicamente o tema.

Tal projeto foi encampado pelos professores do Departamento de História da UFES, responsáveis pela área de História do Espírito Santo, professor Cleber da Silva Maciel, hoje falecido, e professora Leonor de Araujo Santanna, atualmente única coordenadora de tal pesquisa.

A justificativa para desenvolvermos tal estudo passa necessariamente pela escassa bibliografia produzida sobre a Histó-

* Professora do Dept. de História da UFES

** Alunos bolsistas do Departamento de História

ria do Espírito Santo; o desenvolvimento de um tema original, que acreditamos ampliará o volume de estudos históricos sobre os negros no Espírito Santo, (nossa área primordial de estudos) e, principalmente, resgatando e preservando a identidade cultural dos grupos pesquisados, eixo que orienta nossa ação cotidiana de vida.

As duas primeiras viagens de estudos realizadas a Presidente Kennedy nos levou a uma questão inicial conceitual: As comunidades, objeto da pesquisa poderiam ser classificadas como quilombos, ou mesmo descendentes destes?

A resposta inicial do grupo baseada na bibliografia pertinente sobre o assunto, a qual tivemos acesso, nos remete para a não aplicação do conceito ao objeto de estudo já que seguindo Cloves Moura, citando a consulta do Conselho Ultramarino de 02/12/1740 ao Rei de Portugal, “quilombo era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA: 1987, 16). As comunidades de Cacimbinha e Boa Esperança se estabeleceram na área a partir da posse legal da terra por compra, regulamentada por escrituras cartoriais após a abolição.

Embora as considerações acima nos pareçam sobretudo pertinentes, não alteramos o nome do projeto, na perspectiva de aprofudarmos a discussão sobre o conceito na contemporaneidade e buscarmos soluções até o final da pesquisa, que tem seu término definido para março de 1996.

A determinação geográfica e censitária do município de Presidente Kennedy com dados referentes ao relevo, clima, hidrografia e outros, devem ser aqui explicitadas já que são fundamentais na compreensão do processo histórico da região e conseqüentemente nos estabelecimentos das comunidades negras na área.

O município de Presidente Kennedy localiza-se na mesoregião Espírito Santense e na micro-região do Litoral Sul do Espírito Santo, limitando-se ao Sul com o Rio de Janeiro, ao Norte com os municípios de Itapemirim e Atilio Vivacaqua, a Leste com

o Oceano Atlântico e o município de Itapemirim e a Oeste com os municípios de Mimoso do Sul e Atílio Vivacqua.

A área do município é de 538 KM² e sua sede está a 55 metros acima do nível do mar, não contando com nenhum outro distrito, tendo sua posição geográfica delimitada pelo paralelo de 21º 05' 56" de latitude Sul em sua intervenção com meridiano de 41º 02' 48" de longitude Oeste. O relevo do município caracteriza-se como ondulado, com altitudes abaixo de 200 metros, compreendendo a chamada Planície Litorânea. O clima apresenta-se quente e úmido com estação chuvosa no verão e estação seca bem definida. A temperatura varia entre os 18 e 30 graus centígrados. (CEPA/ES, 1983:09)

Os principais rios da região são o Itabapoana, limite geográfico com o Estado do Rio de Janeiro, e seus afluentes, destacando-se o Rio Preto, os córregos do Jordão, São Bento, Pesqueiro e Siricora, sendo caracterizados por áreas alagadas ao longo de seus cursos. Ao Norte os principais Rios são o Muqui do Norte e Medonho.

A população atual totaliza 9.445 habitantes, e divide-se em 7.524 pessoas na área rural e 1.921 na área urbana (IBGE, 1991).

Segundo dados fornecidos pela EMESPE (1991) as principais atividades econômicas são a criação de gado leiteiro (24.503 cabeças), a agricultura (Principais produtos são a cana-de-açúcar, mandioca, laranja, abacaxi, café, milho, feijão, arroz e banana) e o gado de corte (12.171 cabeças). Os dados acima configuram um município com economia voltada para a atividade agropecuária.

Administrativamente o distrito foi criado em 22 de outubro de 1949 pela Lei no. 265, passando a denominar-se Batalha em lugar de Barra de Itabapoana, nome anterior. Em 30 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual n. 1916, é criado o Município de Presidente Kennedy, desmembrado do Município de Itapemirim.

Originariamente o território do município era habitado por índios Goitacazes, que segundo Alberto Lamego eram chamados "índios Guarulhos". (LAMEGO, 1913:172)

A ocupação branca européia das terras do atual município iniciou-se com a formação da Fazenda Jesuítica de Muribeca, no século XVII, atribuindo-se ao Padre André de Almeida sua fundação.

Muribeca era considerada a principal e maior fazenda dos jesuítas na capitania partindo daí a orientação administrativa necessária às outras fazendas destes, no Sul.

Em 1694 Muribeca já constituía-se com residência fixa e nas palavras de Serafim Leite “dispunha de grande casa e igreja, e havia no seus campos, 1.639 cabeças de gado. Produzia carne para alimento do Colégio de Vitória e dela se tiravam os bois de carro necessários para o serviço” (LEITE:153).

Foi constituída em 1702 por terras doadas pelo Conde de Castello Melhor e D. Álvaro da Silva Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, e terras compradas a Bernardo do Ayres Samora, Antônio Dortas e outros.

A fazenda, além do gado, produzia cana-de-açúcar, mandioca e pescado, produção esta realizada com mão-de-obra indígena e negra. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, a grande evasão dos índios priorizou o trabalho escravo na fazenda.

Sua extensão era de 9 léguas e meia no litoral, indo do Rio Guaxindiba, no Rio de Janeiro, à última barreira do Siri, em Itapemirim. A largura do terreno era de 8 léguas e meia a partir do litoral e compreendia as terras entre os rios Muriaé, Paraíba e Itabapoana.

A constituição desta área, que até o século XVIII detém a atividade econômica do Baixo Itabapoana, demonstra a maleabilidade e interação desta parte da fronteira Espírito Santo - Rio de Janeiro, permitindo um trânsito econômico e populacional constante na região.

O desenvolvimento econômico caracterizou-se no século XVIII pela construção de um engenho de açúcar, o aumento de cabeças de gado (por volta de 2.000) e os serviços de drenagens feitos pelos jesuítas em 1744, para corrigir o terreno alagadiço e arenoso.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, a fazenda foi arrendada a particulares e entrou em franca decadência. Em 25 de junho de 1777 foi arrematada em leilão por José da Cruz e Silva, que teve sérios problemas para manter a posse de suas terras, devido a constantes invasões de proprietários vizinhos da área.

O contexto econômico de decadência que caracterizava o Espírito Santo nas primeiras décadas do século XIX se refletiram sobremaneira na região em foco, já que tal possuía sua economia voltada para o cultivo da cana-de-açúcar e criação de gado.

Em 1819, segundo relato feito pelo Príncipe Maximiliano de Wield-Neuwied, descrito no livro de Vilma Almada, “a fazenda de Muribeca pertencia a quatro proprietários e, apesar de possuir engenho de açúcar e gado em abundância, estava a mercê de ataques dos índios, e dos 300 escravos ali existentes apenas 50 eram capazes para o trabalho” (ALMADA 1984:5758).

A cultura do café, a partir da segunda metade do século XIX, é considerada fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo, principalmente no que diz respeito ao Sul do Estado, que atuou como região de ocupação tardia para a expansão cafeeira do Vale do Paraíba, atraindo fluminenses e mineiros que para cá migraram.

Entretanto tal desenvolvimento se estabeleceu de maneira diferenciada neste espaço geográfico, determinado pelos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. Enquanto a região alta destes dois vales é caracterizada por terras férteis, virgens e devolutas, que atraíram à partir de 1820 diversas expedições de mineiros e fluminenses interessados na formação de fazendas cafeeiras, a parte baixa se delineava como área de ocupação antiga, mantenedora da sua produção canavieira e pecuária, desenvolvendo comedidamente o cultivo do café, principalmente na parte baixa do rio Itapemirim.

Como a área pesquisada localiza-se exatamente na parte baixa do rio Itabapoana e onde o solo, pelas suas características próprias de porosidade, acidez, baixa fertilidade natural e pouca profundidade, é inadequado para o plantio do café, podemos

entender então que todo o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do sul capixaba excluiu automaticamente a região.

A área, considerada então antiga e decadente, tornou-se acessível à camada mais pobre da população brasileira - os chamados trabalhadores nacionais - na primeira metade do século XX, devido a política, tanto governamental quanto de particulares, de venda de terras a preços módicos e em pequenos lotes. Enquanto a Abolição representou um dos golpes finais nas decadentes lavouras cafeeira e açucareira fluminenses, “ a cafeicultura capixaba, em contínua expansão, não apenas absorveu o golpe representado pelo fim da escravidão, como ainda tornou evidente a capacidade de expansão de sua fronteira agrícola “. (ALMADA, 1993: 51).

Junte-se a isto a primeira iniciativa de Industrialização do Estado, com a implantação de várias fábricas na região de Cachoeiro de Itapemirim (Alto Itapemirim) e da Usina Paineiras em Itapemirim (Baixo Itapemirim) no ano de 1910, durante o governo Jerônimo Monteiro. Constata-se ainda que durante as décadas de 10 e 20 dos anos 1900, encontramos no Espírito Santo um dos menores preços para compra de terras devolutas, o que influenciava o valor das terras de particulares, e um dos maiores salários rurais ou agrícolas, tomando como base os estados cafeeiros.

Para podermos estabelecer comparações, averiguamos que em 1921 o preço da terra estabelecido pela Lei Estadual de 1909 se mantinha em 16 \$ 000 o mínimo e 20\$ 000 o máximo, só comparável ao do Paraná onde 15\$000 era o mínimo e 20\$000 o máximo .

Quanto ao salário rural, que teve crescimento médio anual de 10% nas citadas décadas, em 1926 assim se estabelecia em relação aos outros Estados: ES.: mínimo de 5\$000 e máximo de 8\$000, SP.: mínimo de 3\$000 e máximo de 8\$000, PR.: mínimo de 4\$500 e máximo de 5\$000, RJ.: 2\$000 mínimo e 5\$000 máximo e MG.: 4\$000 mínimo e 8\$000 máximo (ALMADA, 1993:117).

Todos estes fatores somados ao fechamento da Usina Tipiti, por volta da década de 20, em Campos dos Goitacázes - RJ., localizada na divisa com o Espírito Santo, desembocaram numa expressiva migração de negros para o território capixaba.

Os levantamentos iniciais relativos às Usinas Tipiti (RJ) e Paineiras (ES) nos revelam que trabalhadores negros da primeira, mais antiga, e que representavam o grosso do contingente de mão-de-obra desta, principalmente nos processos de plantação, colheita e fabrico do açúcar, transferiram-se em massa para a região pesquisada, adquirindo pequenos lotes já que o preço da terra era, às vezes, menor do que o estabelecido por lei, pelas razões já citadas anteriormente, o que não acontecia na região próxima à Usina Paineiras, onde se mantinham latifúndios açucareiros.

Verificamos então que a maior parte dos negros estabelecidos no sul do Estado foram empurrados em direção às piores terras e às mais distantes das vias de comunicação.

As comunidades de Cacimbinha e Boa Esperança são formadas hoje por descendentes de migrantes fluminenses que vieram em busca de trabalho na Usina Paineiras e de terras onde pudessem se estabelecer em definitivo.

A História das comunidades se desenrolou durante décadas, e até hoje, no espaço compreendido entre as suas posses e a Paineiras, área anteriormente ocupada pela Fazenda Muribeca. Os poucos que saem, destinam-se ao Rio de Janeiro, principalmente as cidades de Campos e Barra do Itabapoana, ou cidade de Cachoeiro do Itapemirim, principal centro urbano do sul capixaba.

O isolamento das comunidades, devido a diversos fatores como vias de comunicação, preconceito explícito da população branca local e outros a serem ainda detectados, proporcionou a manutenção das características étnicas dos indivíduos, já que a formação de novas famílias se realiza através de uniões de tios, sobrinhos, primos e contra-parentes.

A realidade atual das comunidades se traduz na extrema pobreza econômica, cultural e política dos seus habitantes.

A pobreza econômica advém de um solo de baixíssima fertilidade, onde se cultivam principalmente a mandioca, o milho, o abacaxi e a cana-de-açúcar. Essa pobreza do solo é maximizada pela sucessiva divisão das pequenas propriedades entre os herdeiros, donos de proles sempre numerosas.

A sobrevivência atual desta população é garantida principalmente pelo trabalho temporário em empreendimentos agromercantis, caracterizando a figura do bóia-fria.

Tal fato resultou na deterioração da condição camponesa, estabelecida inicialmente nas comunidades, onde a subsistência não mais advém da propriedade da terra, do trabalho familiar, da posse total ou parcial dos instrumentos de trabalho ou da produção de alimentos para consumo próprio ou para a venda. (GRAZIANO, 1980:3)

As pequenas propriedades das duas comunidades convivem lado a lado com médias e grandes propriedades dedicadas à criação de gado, principalmente, e ao cultivo da mandioca e abacaxi. O que se constata atualmente é que a maior parte da área destas pequenas propriedades tem funcionado como extensão das médias e grandes, provocando cada vez mais o empobrecimento das populações negras da área, já que a exploração econômica se dá através da parceria desenvolvida da seguinte maneira: quando a terra é entregue já preparada para o plantio, seu proprietário recebe 20% da colheita, ficando os outros 80% para o arrendatário; quando a terra é entregue sem estar arada, o proprietário recebe apenas 10% da colheita. Os prejuízos da plantação, que ocorrem frequentemente, são divididos meio a meio entre os parceiros.

Cabe ainda acrescentar que, geralmente, a mão-de-obra utilizada para o plantio, cuidado e colheita da produção agrícola é realizada por pessoas sem qualquer relação com a propriedade, retirando assim da família que aí vive, uma de suas fontes de renda, jogando-as para trabalhar em outras propriedades.

Os acertos da parceria são feitos “de boca”, oralmente, o que proporciona ao arrendatário prerrogativas quase sempre prejudiciais aos pequenos proprietários.

Quanto à questão cultural, encontram-se completamente excluídos da área.

Encontramos 98% da população, com idade acima de 16 anos, completamente analfabeta. A escola que vai da 1a. à 4a. série só foi instalada no local há cerca de 6 anos e no final de 1994 as comunidades conquistaram uma creche, com maternal e jardim, cujo no. de vagas não atende totalmente às necessidades.

A tradição oral e escrita inexistente e as gerações mais novas não conhecem a sua história familiar ou comunitária, dificultando muito a sua reconstrução. Os registros de nascimento são poucos e os casamentos não são, na esmagadora maioria, concretizados legalmente.

As duas únicas manifestações culturais comunitárias que conseguimos detectar são o Boi Pintadinho e o Jongo, que merecem estudos aprofundados com o decorrer da pesquisa.

As comunidades não possuem representante junto ao poder político local e não há nenhum vereador ou ocupante de cargo de confiança junto à Prefeitura que seja negro.

Cacimbinha e Boa Esperança não possuem sistema de água e esgoto, posto médico, posto policial ou centro comunitário. Apenas uma linha de ônibus, com horários reduzidos, serve as comunidades. Somente a Igreja Católica possui templo para reuniões em Cacimbinha.

A pesquisa no seu caminhar, até março de 1996, procurará aprofundar o histórico das comunidades, construir árvores genealógicas estabelecendo os graus de parentescos, levantar e quantificar as necessidades infra-estruturais e tentar junto ao poder local, estadual e a UFES, um trabalho interdisciplinar que nos auxilie no esclarecimento da população quanto à higiene básica, tratamento de água dos poços, aproveitamento da sua terra e o que nela é plantado, recuperação da auto-estima, manifestações culturais e valorização da etnia, além de esclarecimentos quanto à organização social que não conseguem realizar para as reivindicações de seus direitos.

O grande objetivo final do trabalho é cumprir a função social que necessariamente temos como historiadores e pessoas que procuram exercitar sua cidadania.

Bibliografia

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira. *Escravidão e Transição. O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984

Arquivo Público Estadual. *Fontes Para A História da Escravidão Negra no Espírito Santo*. Vitória, 1988.

ATAIDE, Antônio Francisco, Breve Notícia Sobre a Escravidão e a Propaganda Abolicionista No Brasil e no Espírito Santo. *RIHGES*, XI, 10 e segs.

BALESTRERO, Heribaldo L., *A Obra dos Jesuítas No Espírito Santo*. Viana, 1979.

BASTIDE, Roger. *As Américas Negras*. São Paulo. Difel/USP. 1974.

BIARD, Auguste-François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória. Aracruz Celulose SA/Fundação Jônice Tristão. 1986.

BITTENCOURT, Gabriel A. M. "O Café Na Formação Da Infra-Estrutura Capixaba ". In: *O Café No Brasil*. Rio de Janeiro, IBC, 1978.

BITTENCOURT, Gabriel A. M., *Esforço Industrial Na República Do Café. (O caso do Espírito Santo - 1889/1930)*. Vitória, 1982. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense).

CARVALHO, José Antônio, *O Colégio e as Residências dos Jesuítas No Espírito Santo*. Rio, Expressão e Cultura, 1982.

CLÁUDIO, Afonso. *Inssurreição do Queimado. Episódio da História Da Província do Espírito Santo*. Vitória. Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1979.

CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira/INL. 1975.

COSTA, Luciana Osório, *A Colônia do Rio Novo (1845-1880)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, em 1981).

DAEMON, B. C., *Província do Espírito Santo, Sua Descoberta, História, Cronologia, Sinopse e Estatística*. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1879.

DEE/IBGE, *Anuário Estatístico do E.S. - Ano V*, 1959.

ESPÍRITO SANTO: Documentos Coloniais. Vitória, Fundação Jones dos Santos Neves, 1978. Série Documentos Capixabas-1.

ESPÍRITO SANTO: Documentos Administrativos Coloniais. Vitória, F. J.S. N., 1979. Série Documentos Capixabas-2.

ESPÍRITO SANTO - Nossa Gente. Vitória, Fundo Editorial do Espírito Santo, 1969.

FREIRE, Mário Aristides, *A Capitania do Espírito Santo (1535-1822)*. Vitória, 1945. 182 p.

IBGE. Sinopse Estatística do Município de Itapemirim-Subsídios Para O Estudo da Evolução Política. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1984.

Instituto Jones dos Santos Neves. *Referências Culturais do Espírito Santo. Levantamento de Dados Secundários*. Vol. II. Vitória. mimeo. julho de 1988.

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Revista. 34 edições. 1917/1983.

Instituto Cepa. Município de Presidente Kennedy-Situação Sócio-Econômica. Secretaria de Estado da Agricultura, Vitória, 1983.

Instituto Jones dos Santos Neves. *Projeto de Pesquisa e Documentação - Relatório No 1. (Versão Preliminar) - O Sul do Estado*. Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1982.

MACIEL, Cleber. *Negros no Espírito Santo*. Vitória, DEC, SPDC/UFES 1994.

MARINS, Antônio, *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro, 1920.

MARQUES, Cesar Augusto, *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1879.

MOURA, Clovis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7a. edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

———. *Rebeliões Da Senzala*. 3a. edição, Petrópolis, Vozes, 1981.

- NEVES, Jayme Santos, *A Outra História da Companhia de Jesus*, Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1984.
- NOVAES, Maria Stella de. *Escravidão e Abolição No Espírito Santo; História e Folclore*. Prêmio Literário Científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Vitória, 1963.
- . *História do Espírito Santo*. Fundo Editorial do Espírito Santo, Vitória, sem data.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio, *Homens e Cousas Espírito-Santense*. Artes Gráficas, Vitória, 1914.
- ROCHA, Levy, *Viagem De D. Pedro I no Espírito Santo*. Rio Janeiro, Imp. Nacional, 1960, 166 p.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo. Cia. Editora Nacional. Coleção Brasileira. Volume número 9. 1977.
- SALLETO, Nara. *Considerações Sobre A Transição do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre Na Economia Cafeeira Do Espírito Santo (1888-1929)*. Rio de Janeiro. Mestrado. UFRJ, mimeo. 1985.
- RUBIM, Francisco Alberto, *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1817*. In: RIHGB, XIX, 161 e segs.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.